

**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE PERNAMBUCO E DA ASSOCIAÇÃO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DURANTE A DITADURA MILITAR (1979-1985)**

Marcos Antonio Heliodoro do Nascimento
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Católica de Pernambuco (PPGH-UNICAP)
heliodoromarcos@hotmail.com

RESUMO

O período de 1964 a 1985, ditadura militar no Brasil, foi responsável pela repressão ao movimento sindicalista no país. Diversos líderes e sindicalistas foram perseguidos, destituídos ou impedidos de concorrer a cargos eletivos em suas categorias devido à pressão estatal. Dentre desse contexto, o Sindicato dos Professores de Pernambuco – SINPRO-PE, nascido em 1939 em meio à ebulição trabalhista acarretada pela ditadura Vargas, representou uma importante atuação, juntamente com a APENOPE (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco). Ao puxar a primeira greve da categoria em 1979, o SINPRO-PE e a APENOPE, hoje SINTEPE (Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Pernambuco) ganharam destaque e contribuíram para a força do movimento trabalhista no Estado.

PALAVRA-CHAVE: sindicalismo, ditadura, análise documental.

INTRODUÇÃO

O período de 1964 a 1985, ditadura militar no Brasil, viu o movimento sindical sofrer duros golpes em relação à sua autonomia, liberdade e capilaridade. No período imediatamente anterior ao golpe, o sindicalismo vivia o seu apogeu no Brasil, com a presença de centrais sindicais fortalecidas e laços estreitos com a cúpula do governo nacional, mormente do presidente João Goulart.

Tal crescimento teve início na ditadura Vargas (décadas de 1930 e 1940), quando tomou lugar o chamado “sindicalismo de Estado” (BOITO Jr, 1991): o revestimento legal do movimento sindicalista pelo governo. As diversas leis trabalhistas, criadas com inspiração no governo fascista italiano de Mussolini e de caráter eminentemente populista, foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, e a Justiça do Trabalho foi criada em 1941. Assim, dentro do contexto varguista, o

sindicalismo é abraçado pelo véu estatal como criação de um discurso de reconhecimento dos direitos trabalhistas.

Com os governos populistas (1950-1964) que seguiram o governo Vargas, o movimento sindicalista conseguiu auferir cada vez mais liberdade e fixar bases cada vez mais sólidas. Ao longo desse curto período democrático, o fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas bases trabalhistas acarretou a centralização das principais correntes sindicais, principalmente no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Cada vez mais fortalecidos, os sindicalistas passaram a possuir voz ativa na formulação das políticas governamentais, principalmente com o governo de João Goulart (1961-1964). Contudo, com o golpe militar de 1964, o movimento sindical viria a ser perseguido, principalmente considerando sua ligação histórica com o comunismo e outras ideologias de esquerda.

Apesar da manutenção das bases da estrutura sindical, muitos trabalhadores e líderes foram perseguidos, declarados inelegíveis e destituídos. As lideranças sindicais passaram a serem indicadas pelo Ministério do Trabalho, os candidatos a cargos eletivos no âmbito dos sindicatos precisavam apresentar “atestados de ideologia” (documento cuja exigência foi corroborada pela jurisprudência da Justiça do Trabalho) e outras arbitrariedades.

Nesse contexto, o Sindicato dos Professores de Pernambuco (SINPRO-PE) possuiu relevante atuação no âmbito do sindicalismo pernambucano. Fundado em 1939, em meio à ditadura Vargas, o SINPRO adquiriu particular importância quando do golpe de 1964. (SINPRO, 2018):

Em São Paulo, paralelo ao Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, 1978, um Encontro de Professores de várias partes do país se realiza com o objetivo de construir grupos de oposição para a conquista das direções das entidades de professores.

Em Pernambuco, organizam-se as oposições dos professores da rede privada à direção do SINPRO-PE e a da rede pública, a direção da APENOPE, associação que representava os professores da rede pública do Estado, e que vão assumir já no primeiro semestre de 79, a liderança da primeira greve das categorias no Estado, em plena vigência da ditadura militar, enfrentando todo o aparato ideológico e repressor. (www.sinpropernambuco.org/nossahistoria).

Este artigo busca justamente o resgate de uma narrativa de importante etapa do sindicalismo pernambucano, buscando a contribuição para o mosaico de luta local.

1. Greve e suas discussões no setor da educação

As discussões envolvendo o tema greve no setor da educação em outros países acabam resultando em diferentes opiniões e problemáticas, como por exemplo, a Alemanha, Espanha e Portugal, que não permitem as greves de forma legal. Outro exemplo também, é nos Estados Unidos, em que somente 13 estados não possuem restrições legais ao direito de greve dos docentes (ANNEGUES; PORTO; FIGUEIREDO, 2017).

Nos últimos anos a greve vem sendo um meio recorrente para a reivindicação de professores e alunos em busca de melhores condições de trabalho e ensino. O direito de greve é garantido ao docente por meio da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, a qual dispõe em seu artigo 1º que “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Essas constantes reivindicações por parte dos professores se justificam por meio das dificuldades encontradas no âmbito público (ANNEGUES; PORTO; FIGUEIREDO, 2017). Neste caso, é percebido que os baixos salários e a precarização do ambiente de trabalho, reforçam a indignação do profissional. Tais aspectos ocasionam movimentos grevistas como forma de questionar e obter atenção da sociedade, além de pressionar as autoridades responsáveis. Apesar disso, as paralizações podem acarretar também deficiência no processo de ensino e aprendizado, por meio da falta de professores e o abandono da infraestrutura das instituições. (ANNEGUES, PORTO, FIGUEIREDO, 2017). Santos (2011) afirma que lutar pela democratização da educação é também uma forma de lutar por sua autonomia e garantia, pelo Estado, de verbas capazes de assegurar a inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para alguns movimentos sociais, bem como para alguns intelectuais, a demanda por democratização da educação não tem sido consensual, de forma que o conceito de democratização tem sido trabalhado de forma diferente pelos diversos setores e ao longo das décadas. Para Marques (2012), os sentidos da democratização no Brasil apontam que a

[...] a educação tem se colocado, na contemporaneidade, como fulcral nas políticas educacionais brasileiras, embora vinculada a projetos de sociedade

diferenciados. Para uns a defesa da descentralização se fundamenta nos preceitos do liberalismo político, que reclamam instrumentos de proteção das liberdades individuais contra a ameaça de um Estado invasivo, enquanto que, para outros, essa nova forma de gestão dos assuntos estatais favorece o aprofundamento da vida democrática, viabilizando a participação dos cidadãos nas decisões públicas. (MARQUES, 2012, p. 1)

Diante deste cenário que as escolas públicas e privadas vêm vivenciando constantemente nos últimos anos. Silva, Brito e Schuetz (2015), justificam essas vivências pela defasagem salarial, carência de professores, falta de recursos financeiros, problemas com serviços, biblioteca e as precárias condições de trabalho em que os docentes e discentes são obrigados a conviver.

2 Oposições no SINPRO-PE e na APENOPE

Em Pernambuco, organizam-se as oposições dos professores da rede privada à direção do SINPRO-PE e a da rede pública, à direção da APENOPE, associação que representava os professores da rede pública do Estado, e que vão assumir já no primeiro semestre de 1979, a liderança da primeira greve das categorias no Estado, em plena vigência da ditadura militar, enfrentando todo o aparato ideológico e repressor.

Entre as reivindicações dos docentes estavam melhorias nos salários e nas condições de trabalho e a luta por eleições diretas, tanto para presidente da República, quanto para diretor escola da rede pública. As bandeiras de luta foram além dos interesses específicos, ganharam respaldo na sociedade e atingiram um patamar mais amplo. A mobilização era pela redemocratização do país, o que significava a derrubada da ditadura.

No início dos anos 80, a APENOPE enfrenta a repressão. Corte do desconto em folha dos Associados à entidade e demissão do presidente, Paulo Rubem Santiago, por ordem do então governador Marco Maciel. Com todas as dificuldades a Associação resiste e estava representada estatutariamente pelos professores de 1ª a 4ª série e os de nível universitário. A categoria era também composta por orientadores e supervisores educacionais.

3 Unificação do movimento

Dois anos depois, acontece no Estado, outra greve. Desta feita, apenas com os professores da rede pública. Esse movimento deixou clara a necessidade de juntar os servidores, porque a categoria não podia continuar fragmentada nas representações. Existia uma necessidade real de unificar as lutas de todos os segmentos. A unidade traria mais tarde o maior poder de barganha e maiores conquistas para os servidores de educação do Estado.

Depois do reconhecimento pela Constituição Federal do direito à sindicalização e à greve dos servidores públicos (artigos 8º e 37, CF/88), o processo da unificação dos segmentos do magistério começa a ganhar força. A APENOPE, a Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco (AOEPE), a Associação dos Supervisores do Estado de Pernambuco (ASSUEPE) e o Centro dos Professores de Pernambuco (CPP). Esse último não participou da unificação. Passaram dois anos para a Comissão de Unificação ser formada. A tarefa do grupo era discutir todos os passos políticos e judiciais necessários à fundação do sindicato da categoria, direito conquistado através das lutas da sociedade civil organizada.

Em março de 1990, realizou-se o Congresso de Unificação. A APENOPE, representando os Professores Regentes, a AOEPE, representando os Orientadores Educacionais, a ASSUEPE, representando os Supervisores, e a Coordenação dos Servidores Administrativos, no congresso fundam o SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco em meio a uma greve, comprovando a capacidade de ampliar e fortalecer o poder de pressão, mobilização e conquistas da categoria, pautado numa concepção classista, engajado nas lutas mais amplas da sociedade, comprometido com as bandeiras defendidas pela CUT e pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

4. Dirigentes Sindicais e o “peleguismo” em Pernambuco

A palavra “pelego” tem como origem o pelego utilizado pelos cavaleiros gaúchos. Trata-se de um pedaço de lã de carneiro, colocado sobre a sela e preso por uma tira de couro chamada barrigueira, para que não escorregue. Sua função é amaciar o assento do arreio de lida com o gado. Essa postura intermediária, por analogia, passou àquele que

deveria representar os trabalhadores, mas os amacia, para que estes não lutem por seus interesses. Trata-se de ofensa muito grave no contexto sindical, utilizada pelo menos desde os anos 40. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Peleguismo>).

Se, em teoria, os sindicatos são órgãos de defesa dos trabalhadores para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, por que então o SINPRO e a APENOPE e outros sindicatos em Pernambuco se lançaram contra as greves deflagradas pelas suas categorias no ano de 1979?

As greves desencadeadas em São Bernardo contaram com o apoio e a participação de grande parte das lideranças sindicais da região o mesmo não pode ser dito das greves deflagradas em Pernambuco no ano de 1979. E isto se deu porque – diferentemente da região do ABC paulista que contava desde meados de 1974 com lideranças combativas – em Pernambuco, predominava dirigentes sindicais conservadores.

Neste Estado, os dirigentes sindicais ou eram interventores impostos pelo próprio governo desde 1964, como dito, eram “pelegos” que davam apoio ao regime civil-militar. Nas palavras de José Arlindo Soares (1984), eram “[...] dirigentes desligados de qualquer trabalho de base e, em geral, contrários à proposta de reformas efetivas e profundas na legislação vigente. Suas perspectivas de mudanças passam apenas pelo modorrento processo de conversão no âmbito ministerial, afastado da categoria e das reuniões intersindicais”.

A prática pelega nos sindicatos de Pernambuco no final dos anos 70 era algo mais do que evidente. Os sindicatos desta região eram conhecidos pelo burocratismo, assistencialismo, distanciamento das bases e imobilismo. O peleguismo, como visto acima, era a prática exercida pelo dirigente sindical que, comprometido com determinações oficiais, colocava-se entre o governo e os integrantes da sua categoria, servindo como amortecedor dos embates sociais ou de classes. Isso era uma constante nos sindicatos urbanos de Pernambuco. Isto ocorria, pois:

[...] dirigir um sindicato, atualmente, sem contrariar a orientação governamental, é um ótimo negócio em termos de projeção pessoal. Arriscado é promover as reivindicações dos representados, em legítimo exercício da função sindical, uma vez que isto pode dar cassação – como já deu a muitos – obrigando a retornar à fábrica ou ao escritório. E aí, adeus status de dirigente oficialista e toda uma série de vantagens – verdadeira mordomia – que o trabalhador comum jamais terá. (NUNES, 1980)

O distanciamento das entidades sindicais em relação às bases podia-se ver nas raras assembleias, reuniões e discussões realizadas com os trabalhadores. Como destacou José Arlindo Soares, esses sindicatos não possuíam nem ao menos “um quadro de aviso” para comunicação com suas bases. O contato mais frequente era feito pela visita dos associados à sede da entidade em busca de assistência médica. (SOARES, 1985, p.187)

5. O imobilismo sindical

Outra característica dos sindicatos urbanos de Pernambuco foi o *imobilismo*. Desde a instauração do regime civil-militar, a principal forma adotada pelos dirigentes sindicais para conduzir as reivindicações salariais da categoria nunca era o “confronto”, mas sim “formas de protestos não-mobilizadoras”, ou seja, abaixo-assinados, memoriais, carta de reivindicações ou notas oficiais distribuídas à imprensa. Como argumentou José Arlindo Soares:

“Assumindo publicamente a defesa das reivindicações de reposição salarial e de outros pleitos que vinham sendo discutidos nacionalmente, estes sindicalistas lançaram uma proposta de ‘modernização conservadora’ que consiste em tornar o Sindicato reivindicativo, sem necessidade de passar por mobilizações, greves ou qualquer outro tipo de mobilização”. (SOARES, 1985) p.184-185

No caso específico dos professores da rede oficial, um dos principais motivos que levaram a categoria à deflagração da greve em maio de 1979 foi o “imobilismo” da diretoria sindical. Como fazia todos os anos, a APENOPE desejava entregar em 1979 um memorial ao governador contendo as reivindicações salariais da categoria para aquele ano. Esta forma de atuação foi bastante criticada por diversos professores que, em um determinado momento, chegaram à conclusão da necessidade de assumir uma postura mais “combativa”, isto é, assumir os riscos, cruzar os braços e iniciar a greve.

O segundo aspecto que vale a pena ser destacado a respeito das greves em Pernambuco se refere aos setores da economia em que elas foram deflagradas. Ocorreu de maneira muito singular/peculiar. Diferentemente do movimento grevista iniciado na região do ABC paulista, em Pernambuco, o surgimento das greves não se deu a partir dos setores de ponta da indústria local, mas sim através dos “assalariados de classe

média”, dos “trabalhadores de base em serviços urbanos” e dos “não-assalariados”.

Os conceitos utilizados foram baseados em Maria H. Tavares de Almeida. A autora classifica os segmentos salariais no Brasil da seguinte forma: a) trabalhadores industriais (ou seja, os operários); b) trabalhadores na construção civil; c) trabalhadores de base em serviços urbanos (motoristas e cobradores de ônibus, lixeiros etc.); d) assalariados de classe média (médicos, enfermeiros, professores etc.), isto é, profissionais que têm o nível universitário; e) não assalariados (feirantes, motoristas de táxi, motoristas de caminhão). (ALMEIDA, Revista Ciências Sociais 1981)

Renato Boschi fez uma importante avaliação a respeito da entrada dos “assalariados de classe média” (médicos, professores, funcionários públicos etc., por exemplo) em atividades grevistas no país, em fins dos anos 70 e no decorrer dos 80. Segundo o autor, os anos do “milagre econômico”, no início da década de 1970, possibilitaram a expansão da classe média no país. Entretanto, com o fim do “milagre”, especialmente, com a recessão do início dos anos 80, esse segmento médio da sociedade passou a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente. Em suas palavras:

“[...] quaisquer que tenham sido os ganhos obtidos em algum momento, esse segmento social enfrenta agora uma exclusão econômica progressiva. Não é, pois surpreendente que, no realinhamento que ocorreu no período de transição, a classe média emergisse como um ator político importante de oposição ao regime”. (BOSCH, 1987, P. 61-62).

Uma das explicações que podem ser dadas para a preponderância dos “assalariados de classe média” e dos “trabalhadores de base em serviços urbanos” e não os “trabalhadores industriais” nas atividades grevistas no Estado de Pernambuco em 1979 diz respeito às características estruturais de emprego daqueles trabalhadores que possibilitaram maior capacidade de organização e mobilização. As categorias profissionais que deflagraram greve em Pernambuco nesse ano foram os médicos, professores (universitários, da rede oficial e privada), motoristas e eletricitários. Uma característica decisiva dessas categorias é sua estrutura “monopólica” ou “oligopólica” de emprego: um ou poucos empregadores (às vezes, até mesmo o Estado) para um grande número de trabalhadores em cada categoria. Neste sentido, a organização e a mobilização da categoria se desenvolvem de maneira rápida, uma vez que os

trabalhadores estão diante de poucos empregadores – o que facilita uma maior pressão – e de condições de salário e trabalho similares em cada ramo de atividade.

Um outro aspecto que vale a pena ser ressaltado em relação às greves em Pernambuco em 1979 diz respeito à finalização de três importantes greves (motoristas, caminhoneiros e eletricitários) que, de um modo geral, favoráveis aos trabalhadores – uma vez que o total das reivindicações foi atendido – talvez se encaixe nas considerações de Armando Boito Jr. ao dizer que:

Quando a greve era demasiada frágil, os Tribunais do Trabalho emitiam, sem quaisquer dificuldades, sentenças claramente desfavoráveis, mas obtinham, mesmo assim, a suspensão do conflito. Nos casos em que as greves demonstravam maior poder de pressão, [...] os Tribunais Regionais do Trabalho, submetidos à pressão direta dos grevistas e querendo pôr fim à greve, emitem sentenças mais favoráveis aos trabalhadores. (BOITO, 1991, p. 273)

6. Conclusão

Analisando, em conjunto, as greves de Pernambuco deste período, percebe-se que, de uma maneira geral, as suas reivindicações gravitaram em torno de cinco questões:

- a) Salários (reajustes, piso salarial, equiparações salariais etc.);
- b) Adicionais, taxas e subsídios (hora extras, turno, insalubridade, férias, transporte, alimentação etc.);
- c) Condições de trabalho (jornada, turno, ritmo, melhorias na comida, maior tempo para a pausa, maior segurança no trabalho, condições menos vexatórias para uso do banheiro, mais limpeza e melhorias no ambiente de trabalho etc.);
- d) Aumento do poder sindical (colocação de quadro de avisos do sindicato dentro da empresa, delegado sindical, comissão de empresa etc.);
- e) Situação funcional (critérios de recrutamento e de dispensa, cartas de aviso-prévio, estabilidade no emprego, sistema de promoção, condições democráticas de eleições das CIPAS etc.);
- f) E, no caso dos professores da rede oficial, além das reivindicações acima, ainda lutavam para eleições democráticas para diretor de escola pública, uma vez que estes cargos eram de indicação política/partidária.

Como se pode observar, no que diz respeito à pauta de reivindicações – com exceção do último item – as greves ocorridas em Pernambuco no ano de 1979 não trouxeram nada de muito novo. Grande parte dessas reivindicações já havia sido lançada pelos trabalhadores antes mesmo da deflagração das greves de 79. Ou seja, já vinha sendo discutida, há diversos anos, entre os trabalhadores, no interior das empresas. O que diferenciou a luta dos trabalhadores em 1979 em relação aos anos anteriores não foi a pauta de reivindicação em si, mas a “forma” em que ocorreram essas reivindicações. Como bem enfatizou Claude Berguer:

[...] não é a reivindicação em si mesma que é portadora do processo de emancipação dos trabalhadores na ordem do trabalho assalariado [...]. São as **formas de ação e luta** que criam união, que libertam o poder dos trabalhadores para organizarem autônoma e coletivamente novas formas de existência, são as modalidades de luta que representam a quebra, ainda que provisória, da opressão dos trabalhadores. Elas é que representam o aspecto emancipador das greves [...]”. BERGUER, 1974, p. 92)

É importante destacar que a luta pela conquista e/ou ampliação desses direitos perpassavam o próprio cotidiano do local de trabalho (melhores condições de salários e de trabalho), representavam, no geral, uma luta por direitos mais amplos – em muitos aspectos elementares – de moradia, educação, saúde, saneamento básico do bairro, eleições diretas e justiça social. Isto é, “Representavam a afirmação de uma classe trabalhadora que já não aceitava uma cidadania limitada” (RODRIGUES, 1979, p. 19).

Como José Álvaro Moisés argumentou: “A greve se converteu em um grande símbolo da capacidade de resistência e da luta popular por **melhores condições de vida e por direitos básicos de cidadania**, mesmo quando debaixo de condições políticas tão adversas, como são as condições próprias do autoritarismo”. (MOISÉS, *op.cit.* 1982) p. 148)

Em Pernambuco, o grito dos trabalhadores – com ou sem megafone – foi eleito arma e símbolo da contestação ao poder estabelecido. No ano de 1979, nesse estado, os trabalhadores e as lideranças sindicais passaram a definir-se mais nitidamente em relação às alternativas que se apresentavam no quadro político nacional. Neste ano, ampliaram-se o processo de abertura, o AI-5 foi substituído pelas “medidas de salvaguarda”, a anistia foi conquistada e foi deflagrado o processo de construção de novos partidos. Enfim, um ano de muitas transformações no país. Um ano polêmico,

rico e que, em certo sentido, se faz sentir até hoje.

Diferentemente do que se possa imaginar, as greves urbanas de Pernambuco não foram apenas econômicas. Na medida em que os trabalhadores pressionaram o governo pela solução de suas reivindicações, contestaram, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico da ditadura. As greves assumiram a tônica do crescente descontentamento da classe trabalhadora em relação ao regime civil-militar, especialmente, à sua política econômica.

Isto é, as greves de 1979, tendo como principal reivindicação a melhoria nas condições de salário e trabalho, abriram fogo cerrado contra a política econômica do regime. Neste processo, então, elas logo assumiram uma nítida dimensão política, ao confrontar a base material do próprio poder político. A pressão por espaços de participação política nos quadros institucionais configura-se como fator de mobilização política popular.

Assim, diante de condições de vida tão vexatórias, fica compreensível entender o porquê da principal reivindicação dos trabalhadores terem sido a questão salarial¹. Isto é, dada a situação de penúria, fruto do arrocho econômico por que passava a classe trabalhadora, não é de se estranhar que a maioria das greves tivesse os aspectos econômicos como eixo central de luta. No entanto, isto não significa dizer que as greves ocorridas em Pernambuco no ano de 1979 tenham se restringido apenas ao aspecto econômico. A luta dos trabalhadores foi muito além das questões salariais.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 161-189, 1981.

ANNEGUES, A. C.; PORTO JÚNIOR, S.; FIGUEIREDO, E. Júnior, Sabino Porto e Figueiredo Eric. **O impacto das greves dos professores universitários sobre o desempenho dos alunos da UFPB**. 2017. XXII Encontro Regional de Economia, p.01.12.2007.

BOITO Jr, Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

¹ Esta observação foi feita por Ricardo Antunes. Para ele, o elemento fundante das greves ocorridas no país no final dos anos 70 e início de 80 foi a luta *contra o arrocho salarial*. ANTUNES, op. cit. (1988), p. 27.

_____. Classe média e o sindicalismo: uma nota teórica. In: **Brasil e a Nova Ordem** BOSCH, Renato Raul. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ

Marques, Luciana R. **Sentido hegemônicos da democracia nas políticas de democratização**: descentralização da educação. Disponível em: [http://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/LucianaRosaMarques|res-Int GT&.pdf](http://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/LucianaRosaMarques|res-IntGT&.pdf). Acesso em 03.05.2019.

NUNES, Antonio Carlos Félix. **Além da greve**. São Paulo: CRIART, 1980.

RODRIGUES, Iram Jácome. A nova agenda sindical. In: NETO, Antonio Moreira de carvalho; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, C.R.A.; BRITO, M.P.S; e SHUETZ, P.P **Greve nas Universidades do Estado do Ceará. 14º Congresso da Educação no Ceará (História das Mulheres: Amor, Educação e Violência). 14ª edição, p. 01-10. 2015.**

SINPRO – SINDICATO DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO. Nossa história. Sítio do sindicato: 2018. Disponível em <http://sinpropernambuco.org/nossa-historia/>. Acesso em 15/01/2018.

SOARES, José Arlindo. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: **Movimento sociais para além da dicotomia rural-urbano**. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.

_____. **Pernambuco e Paraíba**: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: 1984.